

**Leia estas instruções:**

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém, respectivamente, **uma** proposta de Redação e **50 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 20** ▶ Legislação; **21 a 50** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
- 4 A Redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo na **Folha de Redação** fornecida pela Comperve.
- 5 Escreva de modo legível, pois dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
- 6 Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 7 Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não peça esclarecimentos aos fiscais.
- 8 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- 9 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 10 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 11 Você dispõe de, no máximo, **quatro horas e trinta minutos** para redigir o texto definitivo na **Folha de Redação**, responder às questões e preencher a **Folha de Respostas**.
- 12 O preenchimento da Folha de Respostas e da Folha de Redação é de sua inteira responsabilidade.
- 13 Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal **este Caderno**, a **Folha de Respostas** e a **Folha de Redação**.

**Assinatura do Candidato:** \_\_\_\_\_



## Prova de Redação

Um problema social agravado pela popularização das mídias digitais é a cultura do cancelamento virtual, por meio da qual usuários boicotam ou banem das redes sociais pessoas que praticam atitudes tidas como reprováveis.

### PROPOSTA DE REDAÇÃO

Considerando a relevância dessa discussão bem como seus conhecimentos prévios sobre o tema, escreva um **artigo de opinião** posicionando-se sobre a questão abaixo.

**A cultura do cancelamento virtual deve ser vista como uma estratégia viável para disciplinar o uso das redes sociais?**

### INSTRUÇÕES

Seu artigo deverá atender às seguintes normas:

- ser redigido no espaço destinado à versão definitiva na Folha de Redação;
- apresentar explicitamente um ponto de vista, fundamentado em, no mínimo, dois argumentos;
- ser redigido na variedade padrão da língua portuguesa;
- ser redigido em prosa (e não em verso);
- conter, no máximo, 30 linhas; e
- não ser assinado (nem mesmo com pseudônimo).

### ATENÇÃO

Será atribuída NOTA ZERO à redação em qualquer um dos seguintes casos:

- texto com até 11 linhas;
- fuga ao tema ou à proposta;
- letra ilegível;
- identificação do candidato (nome, assinatura ou pseudônimo);
- texto que revele desrespeito aos direitos humanos ou que seja ofensivo; e
- artigo escrito em versos.

## RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**(NÃO ASSINE O TEXTO)**

O texto abaixo servirá de base para as questões de Língua Portuguesa.

---

---

### Capacitismo: raro em nosso vocabulário, comum em nossa atitude

Rodrigo Hübner Mendes\*

Lucas é um menino de dez anos que nasceu cego. Ao crescer, teve a oportunidade de estudar em uma escola comum e aprendeu a ler, a escrever, a brincar, a andar pelo mundo com autonomia e a se relacionar com outras pessoas, como qualquer criança de sua idade. Ele adora tocar piano, nadar e andar de skate. Um dia, Lucas realiza uma cirurgia que lhe proporciona a chance de passar a enxergar. Na primeira vez em que abre os olhos após essa operação, sua emoção é filmada e viraliza nas redes sociais.

Histórias de superação são sempre emocionantes e inspiradoras. Porém, no caso das pessoas com deficiência, parece haver uma única narrativa possível. Filmes, comerciais, novelas, noticiários e outros são roteirizados, em geral, a partir da história de uma pessoa com impedimentos físicos, sensoriais ou intelectuais que, a partir do seu esforço individual, supera as desvantagens impostas por sua condição.

O mito do herói concentra-se em vitórias sobre características as quais estão exclusivamente na personagem. Como se a própria deficiência fosse algo a ser vencido, ultrapassado. Ignora-se a vasta quantidade de barreiras que estão ao redor da pessoa e cuja eliminação promove a inclusão. Lucas poderia já ser uma criança plena e feliz, bem antes de ter passado pela cirurgia.

Lembro-me de uma matéria da revista Trip, de setembro de 2020, em que a atriz e cadeirante Tabata Contri dizia como achava estranho ouvir frases como "Tão novinha, tão bonita e na cadeira de rodas". Ou mesmo "Por que você trabalha, por que não se aposenta?". O texto tratava de uma forma de preconceito e discriminação extremamente arraigada em nossa sociedade: o capacitismo.

Cunhado ainda em 1991, nos Estados Unidos, o termo capacitismo (ableism, em inglês) pode ser definido como "preconceito contra pessoas com deficiência". Esta é uma atualização que faço aqui da descrição publicada pelo U.S. News & World Report, de acordo com o Online Etymology Dictionary. Trata-se de uma estrutura de poder socialmente construída, o equivalente ao racismo ou machismo nas questões relacionadas a raça e gênero. O corpo sem deficiência seria considerado o "normal", ou seja, aquele condizente com a norma social, enquanto o corpo com deficiência seria o desviante, a ser corrigido. Normalmente, essa abordagem vem acompanhada de colocações que indicam uma visão angelical da pessoa e de infantilização.

A diversidade humana, seja racial, de gênero, sexualidade ou de características corporais, psicológicas etc., deve ser celebrada. É por meio dessas diferenças que somos capazes de construir trajetórias únicas e aprender uns com os outros. A convivência com a pluralidade contribui fortemente para o desenvolvimento de criatividade, inovação, diálogo e empatia – competências notoriamente imprescindíveis para que saibamos navegar pela profunda complexidade inerente à vida contemporânea. Ignorar esse fato representa perder o bonde da jornada rumo a uma sociedade mais civilizada.

\*Mestre em gestão da diversidade humana pela Fundação Getúlio Vargas

---

---

Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-mendes/2021/06/11/capacitismo-raro-em-nosso-vocabulario-comum-em-nossa-atitude.htm>. Acesso em: 26 set. 2022. [Adaptado]

01. Em sua centralidade, o texto objetiva
- A) sustentar a ideia de que a plena realização de pessoas com deficiência passa por sua efetiva inclusão na sociedade.
  - B) relatar a história de superação do menino Lucas como forma de incentivar outras pessoas com deficiência a vencerem as desvantagens impostas por sua condição.
  - C) contrapor-se à visão de que atitudes capacitistas contribuem para as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência.
  - D) aproximar os conceitos de capacitismo, racismo e machismo, considerando-os como noções equivalentes em áreas distintas da experiência humana em sociedade.
02. A linguagem empregada no texto
- A) tende à formalidade e à denotação, em consonância com o gênero discursivo.
  - B) tende à informalidade e à conotação, em dissonância com o tipo textual predominante.
  - C) é exclusivamente formal e denotativa, em dissonância com o gênero discursivo.
  - D) é exclusivamente informal e conotativa, em consonância com o tipo textual predominante.
03. O primeiro parágrafo do texto entrecruza os tipos textuais
- A) descritivo, marcado pelo uso de verbos no presente do indicativo; e narrativo, marcado pelo uso de verbos no pretérito perfeito do indicativo e no presente histórico.
  - B) argumentativo, marcado pelo uso de verbos no presente do subjuntivo; e explicativo, marcado pelo uso de verbos no presente do indicativo e no presente histórico.
  - C) descritivo, marcado pelo uso de verbos no pretérito perfeito do indicativo; e explicativo, marcado pelo uso de verbos no pretérito imperfeito do subjuntivo.
  - D) argumentativo, marcado pelo uso de verbos no pretérito imperfeito do subjuntivo; e narrativo, marcado pelo uso de verbos no presente do indicativo.

Para responder às questões 4 e 5, considere o excerto abaixo.

O mito do herói concentra-se em vitórias sobre características **as quais**[1] estão exclusivamente na personagem. Como se a própria deficiência fosse algo a ser vencido, ultrapassado. Ignora-se a vasta quantidade de barreiras que estão ao redor da pessoa e **cujas**[2] eliminação promove a inclusão. Lucas poderia já ser uma criança plena e feliz, bem antes de ter passado pela cirurgia.

04. No contexto em que são empregados, os elementos linguísticos [1] e [2] pertencem
- A) à mesma classe gramatical, sendo que o primeiro concorda com um termo anterior enquanto o segundo concorda com um termo posterior.
  - B) à mesma classe gramatical, sendo que o primeiro concorda com um termo posterior enquanto o segundo concorda com um termo anterior.
  - C) a classes gramaticais distintas: o primeiro é uma conjunção; e o segundo, um pronome relativo.
  - D) a classes gramaticais distintas: o primeiro é um pronome relativo; o segundo, uma conjunção.
05. A compreensão proficiente do excerto requer do leitor, preponderantemente,
- A) a recuperação de uma informação presente no próprio texto.
  - B) a mobilização de um conhecimento interacional.
  - C) a percepção de uma intertextualidade.
  - D) a realização de um cálculo inferencial.

Para responder às questões 6 e 7, considere o excerto abaixo.

Cunhado ainda em 1991, nos Estados Unidos, o termo capacitismo (*ableism*, em inglês) pode ser definido como "preconceito contra pessoas com deficiência". Esta é uma atualização que faço aqui da descrição publicada pelo *U.S. News & World Report*, de acordo com o Online *Etymology Dictionary*. Trata-se de uma estrutura de poder socialmente construída, o equivalente ao racismo ou machismo nas questões relacionadas a raça e gênero. O corpo sem deficiência seria considerado o "normal", ou seja, aquele condizente com a norma social, enquanto o corpo com deficiência seria o desviante, a ser corrigido.

06. No excerto, o primeiro uso das aspas objetiva
- A) isolar um discurso alheio, a fim de afastar, mesmo que em parte, a responsabilidade do enunciador.
  - B) isolar uma citação própria, a fim de aumentar a responsabilidade pelo que se está enunciando.
  - C) demarcar uma variante linguística desviante, a fim de não comprometer a credibilidade do enunciador.
  - D) demarcar um uso regional, a fim de esclarecer a origem estrangeira do que se está enunciando.
07. No excerto, o segundo uso das aspas indica que o enunciador
- A) discorda do sentido daquilo que enuncia.
  - B) concorda, em parte, com o sentido daquilo que enuncia.
  - C) mantém neutralidade em relação àquilo que enuncia.
  - D) assume inteira responsabilidade por aquilo que enuncia.

Para responder às questões 8 e 9, considere o excerto abaixo.

Histórias de superação são sempre emocionantes e inspiradoras. Porém, no caso das pessoas com deficiência, **parece** haver uma única narrativa possível. Filmes, comerciais, novelas, noticiários e outros são roteirizados, em geral, a partir da história de uma pessoa com impedimentos físicos, sensoriais ou intelectuais que, a partir do seu esforço individual, supera as desvantagens impostas por sua condição.

08. Sobre o uso da vírgula no excerto, analise as afirmativas abaixo.

I	As duas primeiras vírgulas são de uso facultativo.
II	As cinco primeiras vírgulas são empregadas pelo mesmo motivo.
III	A colocação de uma vírgula após a palavra "intelectuais" alteraria o sentido do trecho.
IV	As duas primeiras e as duas últimas vírgulas são empregadas pelo mesmo motivo.

Entre afirmativas, estão corretas

- A) III e IV.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I e II.

- 09.** A forma verbal "parece", destacada no excerto,
- A)** atenua a assertividade do verbo "haver".
  - B)** reforça a assertividade do adjetivo "possível".
  - C)** abre margem para a total negação daquilo que se enuncia.
  - D)** elimina a possibilidade de contestações em relação ao que se enuncia.
- 10.** No excerto "A convivência com a pluralidade contribui fortemente para o desenvolvimento de criatividade, inovação, diálogo e empatia – competências notoriamente imprescindíveis para que saibamos navegar pela profunda complexidade inerente à vida contemporânea.", o enunciador
- A)** compromete-se com aquilo que enuncia, o que fica evidenciado pelo uso de primeira pessoa e de advérbios.
  - B)** afasta-se daquilo que enuncia, o que fica evidenciado pelo uso de adjetivos neutros.
  - C)** compromete-se com aquilo que enuncia, o que fica evidenciado pelo uso de primeira e terceira pessoas do singular.
  - D)** afasta-se daquilo que enuncia, o que fica evidenciado pelo uso de advérbios neutros.

11. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90) define como remuneração “o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei”. De acordo com a referida lei, **EXCLUEM-SE** do teto de remuneração, dentre outras,
- A) a gratificação natalina, o adicional noturno e o adicional de férias.
  - B) o adicional pela prestação de serviço extraordinário, o adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas e a retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento.
  - C) o adicional de férias, a gratificação por encargo de curso ou concurso e o adicional noturno.
  - D) a gratificação por encargo de curso ou concurso, o adicional pela prestação de serviço extraordinário e a gratificação natalina.
12. Segundo estabelece a Lei nº 8.112/90, as reposições e indenizações ao erário devem ser previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou pensionista, para pagamento no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado. Nos termos da sobredita lei, o valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a
- A) dez por cento da remuneração, provento ou pensão.
  - B) quinze por cento da remuneração, provento ou pensão.
  - C) doze por cento da remuneração, provento ou pensão.
  - D) vinte por cento da remuneração, provento ou pensão.
13. À luz do que dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), analise as afirmativas abaixo.

I	O servidor cumprirá jornada de trabalho, devendo ser respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas, e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.
II	A Licença Por Motivo de Afastamento do Cônjuge será concedida por prazo determinado e sem remuneração.
III	O estágio probatório não ficará suspenso durante o afastamento do servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere.
IV	Será concedida ajuda de custo àquele que, não sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.

Das afirmativas, estão corretas

- A) I e IV.
  - B) I e III.
  - C) II e III.
  - D) II e IV.
14. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90) preceitua que ao servidor podem ser pagas, além do vencimento, algumas vantagens, dentre as quais, indenizações. De acordo com as disposições da sobredita lei, constituem indenizações ao servidor:

- A) transporte; diárias; ajuda de custo e auxílio-moradia.
- B) ajuda de custo; auxílio-moradia; transporte e adicional de férias.
- C) adicional noturno; diárias; auxílio-moradia e transporte.
- D) gratificação natalina; auxílio-moradia; diárias e ajuda de custo.

15. Considerando as normas referentes a “Direitos e Vantagens”, estabelecidas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), analise as afirmativas abaixo.

I	A Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) não está sujeita às revisões gerais de remuneração dos servidores públicos federais.
II	A Gratificação Natalina deve ser paga até o dia trinta do mês de dezembro de cada ano.
III	A remuneração de servidor não é objeto de penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.
IV	O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco dias.

Das afirmativas, estão corretas

- A) III e IV.
  - B) I e III.
  - C) II e IV.
  - D) I e II.
16. Segundo dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.11/90), o processo administrativo disciplinar para apuração de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, se desenvolverá em fases, dentre as quais, a instrução sumaria. De acordo com a citada lei, a fase da instrução sumária compreende
- A) indicição, defesa e relatório.
  - B) defesa, relatório e julgamento.
  - C) instauração, indicição e relatório.
  - D) relatório, defesa e julgamento.
17. Com base nas normas acerca de “Direito de Petição”, dispostas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), analise as afirmativas abaixo.

I	A administração poderá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.
II	O pedido de reconsideração deve ser despachado no prazo de cinco dias.
III	Caberá recurso das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.
IV	O prazo para interposição de pedido de reconsideração é de quinze dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão.

Das afirmativas, estão corretas

- A) II e III.
- B) I e II.
- C) III e IV.
- D) I e IV.

18. À luz das normas previstas na Lei nº 8.112/90, o benefício do auxílio-natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público, inclusive no caso de natimorto, sendo que, na hipótese de parto múltiplo, o valor será acrescido de
- A) cinquenta por cento, por nascituro.  
 B) vinte por cento, por nascituro.  
 C) quarenta por cento, por nascituro.  
 D) trinta por cento, por nascituro.
19. De acordo com as disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em
- A) cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.  
 B) dez anos, contados da data em que foram praticados, independentemente de má-fé.  
 C) cinco anos, contados da data em que foram praticados, independentemente de má-fé.  
 D) dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
20. Considerando o que expressamente dispõe a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a qual regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, analise as afirmativas abaixo.

I	As pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos, integram o rol dos legitimados como interessados no processo administrativo.
II	Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.
III	No processo administrativo devem ser observados alguns critérios, dentre os quais, o da objetividade no atendimento do interesse público, sendo permitida, em alguns casos, a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
IV	Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de cinco dias.

Das afirmativas, estão corretas

- A) I e II.  
 B) II e III.  
 C) III e IV.  
 D) I e IV.

21. O trabalho da assessoria em Serviço Social exige análise da realidade, especialmente no tocante às particularidades das condições objetivas em que os assessorados desenvolvem sua atuação. Nesse sentido, a atividade da assessoria prevê
- A) leitura contínua da conjuntura, capacitação permanente do assessor e proposições executáveis.
  - B) um produto a ser elaborado a partir de conhecimentos aprofundados dos fundamentos das políticas sociais nas quais se desenvolvem as atividades de assessoria.
  - C) conhecimento crítico da conjuntura local e observação neutra das solicitações feitas ao Serviço Social.
  - D) uma observação prévia da realidade social e a elaboração de propostas pautadas em experiências acumuladas do assessor.
22. O planejamento é um instrumento técnico e político que tem seus pressupostos e suas formulações metodológicas conectadas aos modelos de desenvolvimento, aos moldes de gestão e aos projetos político-profissionais. Para o Serviço Social, o ato de planejar é expressão de
- A) ferramenta racional, que considera prazos, recursos e se inscreve no contexto de correlação de forças do processo de tomada de decisão.
  - B) condicionamento da prática profissional às normativas de cumprimento do controle de gastos e de alimentação dos sistemas de vigilância socioassistencial.
  - C) submissão aos mecanismos de direcionamento das práticas assistenciais sugeridos pela gestão pública e o projeto ético-político da profissão.
  - D) realização de ações relevantes para o contexto das políticas sociais e de superação dos resultados esperados.
23. O ciclo de gestão de políticas públicas envolve desde a formação da agenda, passando pelo planejamento, pela implantação e pelo monitoramento das ações, até chegar à avaliação. Os processos que compõem esse ciclo não são resultantes mecânicos da sobreposição de etapas referentes à constituição das políticas públicas, o que confere à avaliação o lugar de
- A) estabelecer um valor ou um julgamento sobre o significado e os efeitos das políticas públicas.
  - B) demonstrar o encerramento do ciclo de políticas públicas.
  - C) mensurar o êxito das ações sociais públicas.
  - D) acompanhar as etapas desenvolvidas nos programas e nos projetos sociais públicos.
24. Considere o fragmento textual abaixo.

Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção.

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social - 1996**, p 14. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares](http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/Lei_de_Diretrizes_Curriculares). Acesso em: 19 set. 2022.

Considerando essa indicação da ABEPSS, a dimensão investigativa da profissão implica

- A) considerar a investigação como elemento constitutivo da própria intervenção profissional do Serviço Social.
  - B) privilegiar a pesquisa científica em relação à dimensão técnico-operativa no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.
  - C) evidenciar a compreensão da relação entre teoria e prática como prioridade para atendimento das demandas pautadas pelos usuários.
  - D) pautar a pesquisa como uma atividade a ser realizada junto às universidades em momentos de educação permanente.
25. O orçamento público, além de um instrumento técnico, detém um significado político. Portanto, as definições que o envolvem implicam disputas pelo direcionamento dos gastos e prioridades no âmbito das políticas públicas. O controle social do orçamento público deve considerar que
- A) os canais de participação popular, como os conselhos, são fundamentais ao debate dos interesses da coletividade no tocante aos investimentos sociais.
  - B) o debate público deve prescindir dos conselhos para a ampliação de mecanismos de controle na gestão dos gastos sociais.
  - C) os espaços de exercício de poder do Estado devem priorizar o consenso, avaliando os interesses de grupos particulares.
  - D) os conselhos de políticas públicas são fortalecidos pelo desenvolvimento das parcerias público-privadas e pelo planejamento estratégico.
26. A pesquisa passou a ser disciplina obrigatória para os cursos de graduação em Serviço Social na década de 1980. No contexto da universidade operacional, a pesquisa em Serviço Social é
- A) atravessada pelos desafios da lógica produtivista de produção do conhecimento.
  - B) estratégia de consolidação da estrutura do currículo mínimo da graduação em Serviço Social.
  - C) expressão da objetivação do pensamento imediato acerca da realidade social.
  - D) dominada pelo uso das técnicas estatísticas de análise sócio-histórica.
27. O(A) diretor(a) da Divisão de Gestão de Pessoas da instituição convoca a área do Serviço Social para implantar um programa de prevenção ao uso de substâncias psicoativas. Como parte das ações do programa, está prevista a aplicação de um teste entre os(as) funcionários(as) para detectar o uso de substâncias psicoativas. Para responder a essa demanda institucional, o(a) assistente social deve
- A) recusar a aplicação do referido teste entre os(as) funcionários(as), posto que tal conduta configuraria uma prática profissional autoritária e policalesca, colidente com os princípios da liberdade e dos direitos humanos inscritos no Código de Ética Profissional.
  - B) realizar a aplicação do teste para identificar o uso de substâncias psicoativas com vistas à implantação do programa de prevenção junto aos(às) funcionários(as), considerando a necessidade de atendimento à demanda institucional.
  - C) assumir a coordenação do programa de prevenção ao uso de substâncias psicoativas e aplicar o teste entre os(as) funcionários(as), considerando a atribuição privativa do(a) assistente social para coordenar planos, programas e projetos na área social, conforme a Lei de Regulamentação Profissional Nº. 8.662/1993.
  - D) executar a aplicação do teste para identificar o uso de substâncias psicoativas entre os(as) funcionários(as), na perspectiva da implantação do programa de prevenção ao uso dessas substâncias e da realização dos encaminhamentos necessários.

28. De acordo com o Código de Ética Profissional de 1993, o sigilo profissional constitui um direito do(a) assistente social. Porém, a quebra do sigilo profissional é admissível quando a situação
- A) trazer prejuízo aos interesses do(a) usuário(a), de terceiros(as) e da coletividade, envolvendo ou não fato delituoso.
  - B) implicar prejuízo aos interesses do(a) usuário(a), de terceiros(as) e da coletividade, desde que se trate de fato delituoso.
  - C) gerar um dano grave, injusto e atual ao(à) usuário(a), ao(à) assistente social, a terceiros e ao bem comum.
  - D) causar prejuízos aos interesses da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e da população usuária do Serviço Social.
29. O Código de Ética do(a) Assistente Social estabelece uma mediação entre os projetos profissionais e os projetos societários. Nesse contexto, exige-se do(a) Assistente Social
- A) o reconhecimento dos limites impostos pela sociedade burguesa, mas uma atuação na perspectiva de alargar as possibilidades de materialização dos princípios da profissão.
  - B) a realização da emancipação humana nos limites do trabalho profissional, em articulação com os movimentos sociais e as lutas das classes trabalhadoras.
  - C) a materialização plena do Projeto Ético-Político do Serviço Social no cotidiano institucional, considerando sua vinculação com os projetos societários anticapitalistas.
  - D) capacidade para assumir posições teóricas, ideológicas e ético-políticas coerentes com o projeto societário hegemônico.
30. O(A) assistente social de uma escola observou que uma criança apresentava sinais de maus-tratos. No atendimento junto à mãe da criança, esta informou que o marido é violento com ela e com os(as) filhos(as). E, por medo da reação do marido, a mãe pede sigilo sobre a situação. Tendo por base essa situação-problema, analise as afirmativas abaixo.

I	O(A) assistente social pode quebrar o sigilo profissional, dentro do estritamente necessário, em relação ao assunto, ao grau e ao número de pessoas que dele tome conhecimento.
II	O(A) assistente social tem a atribuição privativa para realizar vistorias a fim de confirmar tal situação.
III	O(A) assistente social tem o dever de denunciar práticas que caracterizem o cerceamento da liberdade e a violação dos direitos humanos aos órgãos competentes.
IV	O(A) assistente social tem o dever de respeitar as decisões dos(as) usuários(as), mesmo que sejam contrárias aos valores dos(as) profissionais.

Em relação à situação exposta e com base na Lei de Regulamentação Profissional nº 8.662/1993 e no Código de Ética Profissional, estão corretas as afirmativas

- A) I e III.
- B) I e II.
- C) III e IV.
- D) II e IV.

- 31.** O trabalho do(a) assistente social requer uma compreensão sobre a instrumentalidade no exercício profissional. Nesse sentido, a instrumentalidade deve ser concebida como a
- A)** capacidade da profissão adquirida nas relações sociais, no confronto entre as suas condições objetivas e subjetivas, com vistas à objetivação das intencionalidades em resultados profissionais.
  - B)** utilização dos instrumentos e das técnicas necessários ao agir profissional, os quais permitem objetivar suas finalidades em resultados profissionais.
  - C)** definição de metodologias de atuação profissional capazes de materializar os objetivos profissionais no contexto institucional.
  - D)** capacidade da profissão para materializar a dimensão técnico-instrumental em uma determinada perspectiva ético-política.
- 32.** A instrumentalidade no trabalho profissional insere-se no espaço do cotidiano, sendo também reconhecida como campo de mediação. Isso significa conceber o Serviço Social como
- A)** uma totalidade constituída das dimensões técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa.
  - B)** uma profissão interventiva, inserida na divisão sociotécnica do trabalho e dotada de competências e atribuições privativas voltadas ao mercado.
  - C)** uma profissão fundamentada em princípios ético-políticos emancipatórios e anticapitalistas, com base na sistematização do cotidiano.
  - D)** uma atividade profissional fundada em habilidades e atribuições capazes de materializar um ideário ético-político radicalmente transformador.
- 33.** A pandemia da COVID 19, vivenciada no mundo, trouxe um agravamento das expressões da Questão Social, com o aumento da pobreza e das desigualdades sociais. No Brasil, aumentou o número de pessoas em situação de vulnerabilidade, de insegurança alimentar e em situação de desemprego. Essa realidade afetou, de maneira direta, a política educacional, uma vez que, na transferência para o ensino remoto emergencial, muitos/as alunos/as não tinham as condições objetivas e tecnológicas para a continuidade do acompanhamento escolar. Nesse contexto, ampliam-se as demandas postas para o Serviço Social bem como para uma permanente atualização sobre as competências e a extensão do trabalho profissional. Considerando a atuação do/a assistente social na política de educação, durante o período de pandemia, analise as afirmativas abaixo.

I	O/a profissional deve estar atento/a às demandas do tempo presente, sem perder de vista os princípios éticos como norte para sua atuação profissional.
II	O/a profissional deve desenvolver seu trabalho articulado à equipe multidisciplinar e ter, como norteamento central para sua atuação, os acordos coletivos institucionais.
III	O/a assistente social deve pautar sua ação nas competências e atribuições consolidadas no seu fazer profissional, em consonância com o código de ética.
IV	O/a assistente social deve ser proativo/a e inovar suas ações, mesmo que elas possam ser contrárias ao direcionamento de suas competências profissionais.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A)** I e III.
- B)** II e III.
- C)** I e IV.
- D)** II e IV.

- 34.** Uma das formas de enfrentamento da Questão Social envolve a luta pela garantia dos direitos sociais e da implementação de políticas públicas. No entanto, apesar da importância da efetivação de tais direitos, o enfrentamento das desigualdades transpõe os espaços institucionais. Por isso, no Código de Ética Profissional, afirma-se a importância da articulação com os movimentos sociais. Na política de educação, essa articulação se dá tanto com o movimento estudantil quanto com as demais entidades que lutam em defesa da educação pública e de melhores condições de trabalho. Nesse contexto, a articulação com os movimentos sociais, em defesa da educação, deve
- A)** ser realizada sem ferir a autonomia dos espaços e das instâncias deliberativas desses sujeitos sociais.
  - B)** ser direcionada para um ativismo político por parte do profissional, inserindo-se diretamente em suas instâncias organizativas.
  - C)** promover ações diretas para engajamento dos/as discentes no movimento estudantil.
  - D)** ter como prioridade o fortalecimento dos movimentos e das organizações que lutam em defesa da educação.
- 35.** As atribuições e competências dos/as assistentes sociais são orientadas pelos princípios e pelas diretrizes do Código de Ética Profissional e pela lei de Regulamentação da Profissão. Esses princípios devem ser respeitados tanto pelos/as profissionais quanto pelas instituições empregadoras. No que se refere ao espaço sócio-ocupacional da educação, implica, portanto, no reconhecimento dessa política como direito e na busca por sua materialização tanto nos espaços institucionais como para além deles. Com relação ao processo de atuação do Serviço Social na educação,
- A)** as demandas postas aos/as assistentes sociais são antigas e ultrapassam os estabelecimentos educacionais tradicionais, envolvendo outras áreas de atuação, a dimensão pedagógica nos espaços sócio-ocupacionais e o campo da educação popular.
  - B)** o trabalho do/a assistente social restringe-se ao segmento dos/as estudantes por serem estes os sujeitos que vivenciam os maiores desafios de acesso e permanência nos espaços escolares e por sofrerem implicações diretas na saúde e bem-estar no espaço institucional.
  - C)** o/a assistente social deve seguir as diretrizes e orientações dos programas direcionados à assistência estudantil, não sendo sua atribuição elaborar ou implementar ações que ultrapassem o campo de tais programas.
  - D)** o trabalho profissional do Serviço Social deve estar articulado a outras áreas profissionais que também atuam na política, mas deve se eximir de atuar nos espaços de gestão e mobilizações sociais no âmbito universitário.

36. Na política de educação, os/as usuários/as para os quais se direciona a atuação profissional são diversos, tal qual nas demais políticas públicas. Assim, o/a profissional que atua nessa área deve estar atento/a às situações de desigualdades vivenciadas pelas mulheres, pelas pessoas negras, pela população LGBT, pelas pessoas com deficiência e tantas problemáticas que afetam o processo educacional a partir das relações sociais presentes na sociedade brasileira. Com base nessa compreensão, a atuação profissional de assistentes sociais na educação deve ser pautada em alguns pressupostos. A esse respeito, analise as afirmativas abaixo.

I	As mulheres e pessoas negras são prioridade na atuação profissional, articulando as ações de desigualdade de gênero e combate ao racismo no espaço de trabalho.
II	A população LGBT é o público que mais sofre impactos frente aos desafios educacionais, transpondo as dimensões econômicas e sociais em que eles estão inseridos.
III	Devem-se reconhecer as desigualdades geradas pelas condições de sexo, raça, diversidade humana e condições de saúde, articuladas à situação econômica que as pessoas vivenciam.
IV	As pessoas com deficiência devem ser respeitadas em suas capacidades, cabendo ao assistente social buscar garantir os direitos dessas pessoas para o desenvolvimento de suas potencialidades no espaço educacional.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) III e IV.  
 B) I e III.  
 C) II e IV.  
 D) I e II.
37. No trabalho profissional, o/a assistente social deve se amparar em dimensões que são centrais para o desempenho de sua atuação, sendo elas as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Assim, é imprescindível o conhecimento das legislações e normativas que regulam sua atuação profissional, de maneira particular, e as legislações pertinentes à área de atuação em que está inserido/a. Na política de educação superior, um dos principais nortes para o atendimento a discentes é o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído a partir de 2010. Tendo como base tal legislação, analise as afirmativas abaixo.

I	Todas as Instituições Federais de Ensino Superior seguem os mesmos critérios de metodologia e seleção de discentes a serem beneficiados pela política de assistência estudantil.
II	As ações do PNAES, na assistência estudantil, têm como objetivo garantir a permanência do/a discente e prevenir a evasão decorrente de vulnerabilidades sociais e econômicas.
III	A assistência estudantil engloba, de maneira articulada, ações nas áreas de atenção à saúde, moradia estudantil, cultura, transporte, alimentação, apoio pedagógico e creche, entre outras atividades, na particularidade de cada universidade.
IV	Serão atendidos pelo PNAES apenas estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar <i>per capita</i> de até um salário mínimo e meio.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) II e III.
  - B) I e IV.
  - C) II e IV.
  - D) I e III.
38. O processo de formação social do Brasil, pautado na escravização dos povos negros, acarretou profundas desigualdades sociais, econômicas e políticas. Em decorrência dessa herança histórica, os povos negros são os que se encontram em maiores situações de vulnerabilidade social. No que se refere ao acesso à educação superior, as cotas étnico-raciais representaram uma importante política de equidade e de busca por superação das desigualdades e do racismo presentes no âmbito educacional. No que respeita à política de cotas e à articulação com a assistência estudantil,
- A) somente poderão concorrer às vagas de ação afirmativa referente ao critério étnico-racial os/as discentes egressos de escola pública.
  - B) o/a discente que já ingressou na universidade via cotas sociais não poderá acessar outros programas de assistência estudantil.
  - C) a política de assistência estudantil é direcionada exclusivamente para discentes que ingressaram via cotas sociais.
  - D) a assistência estudantil direcionada aos estudantes oriundos de cotas sociais contempla apenas as atividades vinculadas ao ensino.
39. O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social do trabalho que obteve reconhecimento legal ainda na década de 1950. Desde então, assume traços de natureza liberal e possui autonomia relativa na realização de suas atividades. Portanto, não domina as condições de realização de seu trabalho e, por isso, depende da inserção no âmbito dos espaços sócio-ocupacionais. Considerando esses traços, são condições para o exercício dessa profissão, além de diploma de nível superior em curso de Serviço Social,
- A) inscrição em órgão normatizador e observância do código de ética profissional.
  - B) inscrição em órgão político sindical e cumprimento da lei de regulamentação.
  - C) inscrição em órgão sindical e cumprimento da lei de regulamentação moral.
  - D) inscrição em órgão de controle social e observância de código moral.
40. Levantamentos realizados pelo Conselho Federal de Serviço Social indicam que, historicamente, o Estado é o maior empregador da categoria, desde sua origem até os dias atuais. Assim, os profissionais atuam majoritariamente em instituições públicas de natureza estatal na formulação, no planejamento e na execução de políticas sociais. Em tais circunstâncias e considerando as premissas da Lei nº 8.112/1990, que institui o regime jurídico dos servidores públicos, a condição laboral do Assistente social, nas agências estatais, é de
- A) servidor público, que ingressa por meio de concurso público e se submete a estágio probatório para obter estabilidade.
  - B) funcionário público, que ingressa por meio de seleção pública e se submete a estágio-experiência para obter estabilidade.
  - C) empregado público, que ingressa por meio de concurso de títulos e se submete a estágio probatório para obter estabilidade.
  - D) agente público, que ingressa por meio de pleito eleitoral e se submete a estágio-experiência para obter estabilidade.
41. Os assistentes sociais atuam em diferentes políticas, serviços e espaços ocupacionais, entre os quais a política de educação, composta por diferentes níveis e modalidades. Em tal processo, o Serviço Social assume uma determinada concepção de educação que o orienta. A concepção de educação em vigor no Serviço Social leva em consideração princípios e valores em acordo com a Constituição Federal de 1988. Segundo essa concepção, a educação é definida como

- A) direito de todos e dever do Estado e da família, é promovida e incentivada com colaboração da sociedade e tem como horizonte a cidadania e a qualificação para o trabalho.
  - B) serviço público, privado ou misto com primazia do mercado em parceria com as instâncias estatais que têm como horizonte a empregabilidade e a mobilidade pelo trabalho.
  - C) bem comum de origem pública ou privada, caracterizada por um destino comum vinculante, e necessária para a concretização dos direitos fundamentais de todas as pessoas.
  - D) gasto público inserido na seguridade social com primazia da família, a qual tem como base a garantia da liberdade e dos direitos individuais, inclusive de realizar a modalidade pedagógica de ensino domiciliar.
42. As determinações da sociabilidade capitalista dão origem a certas circunstâncias sociais geradoras de demandas sobre as quais os profissionais de Serviço Social atuam na perspectiva de sua resolução. As demandas presentes nos espaços ocupacionais podem se apresentar de forma clara e objetiva, mas também podem estar obscurecidas em face dos processos de alienação. Portanto, é necessária a mobilização de teorias para sua compreensão e seu desvendamento bem como para a elaboração de respostas efetivas. Nesse contexto, as demandas podem ser definidas como
- A) requisições técnico-operativas que incorporam as exigências dos sujeitos demandantes e chegam por meio do mercado de trabalho aos assistentes sociais.
  - B) situações-problema dos demandantes manifestadas de forma substantiva nos espaços sócio-ocupacionais nos quais atuam os assistentes sociais.
  - C) sentimentos conscientes de algo que se carece, socialmente relativos, expressando desejos que se diferenciam de indivíduo para indivíduo, de grupo para grupo e são direcionadas aos assistentes sociais.
  - D) situações sociais-problema trazidas pelos indivíduos para as instituições socioassistenciais, as quais são diagnosticadas e tratadas pelos assistentes sociais.
43. A deflagração e a simultaneidade das crises do capital e da crise sanitária mundial geram, para as profissões, novas determinações no que se refere à gestão, ao consumo e ao desenvolvimento da força de trabalho dos diferentes segmentos de trabalhadores assalariados, inclusive dos profissionais de Serviço Social. As constrições geradas pela pandemia de Covid-19, que no Brasil ceifou aproximadamente 700 mil vidas, alteraram os modos de atuação dos profissionais, aprofundando o fenômeno denominado de Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social. Esse fenômeno tem se caracterizado
- A) pela ampliação do uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação no trabalho cotidiano do/a assistente social, constituindo um processo no qual o trabalho vivo aparece subsumido ao trabalho objetivado no maquinismo.
  - B) pelo emprego de novas tecnologias de informação e comunicação, o qual tem, como contrapartida, o aumento relativo da demanda de trabalhadores - de trabalho vivo, contribuindo para a ampliação do mercado de trabalho dos assistentes sociais.
  - C) pelo aumento da produtividade do trabalho do assistente social com uso de novas tecnologias de informação e comunicação, resultando no crescimento de possibilidades de identificação de novas expressões da questão social e de maior legitimidade profissional.
  - D) pela potencialização do trabalho técnico, crítico e criativo, com racionalização do tempo e do espaço, em virtude das novas tecnologias de informação e comunicação, contribuindo para melhores condições laborais em face do *homeoffice* e do teletrabalho.

44. O avanço da crise capitalista, em sua fase de financeirização da economia, faz irromper tendências teóricas e ideoculturais irracionalistas que se articulam ao avanço das contrarreformas ultraneoliberais. No âmbito do Serviço Social, essas transformações societárias se adensam em face do avanço do ensino a distância (EAD), da precarização das condições éticas e técnicas do trabalho profissional e do surgimento de tendências ou linhas de desenvolvimento no interior da cultura profissional. Considerando esse contexto, analise as tendências abaixo.

I	Manutenção e continuidade ao legado da vertente de Intenção de Ruptura, com influência da tradição marxista e fortalecimento da direção social estratégica.
II	Reoxigenação de vertente neotomista, herdeira da “perspectiva modernizadora”, presente nas décadas de 1960/70.
III	Estabelecimento de um pluralismo metodológico, sob a forma de consenso e coesão das perspectivas teóricas existentes na profissão.
IV	Presença de um neoconservadorismo pós-moderno com discurso de apelo às dimensões culturais e à fragmentação dos fenômenos.

No século XXI, são tendências percebidas no interior da cultura profissional do Serviço Social

- A) I e IV.  
 B) II e III.  
 C) I e III.  
 D) II e IV.
45. As concepções de política social apresentam perspectivas teóricas e metodológicas diferentes. Não existe um único tipo e modelo de Estado de Bem-Estar Social. Assim, a proteção social pode ser mais ampliada e/ou menos restrita na lógica social. O Sistema de Proteção Social Brasileiro se constitui como um sistema híbrido, pois conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho com direitos universais e direitos seletivos. A esse respeito, analise as afirmativas abaixo.

I	As diretrizes constitucionais da universalidade na cobertura, da uniformidade e da equivalência dos benefícios, bem como da diversidade de financiamento, materializam-se num padrão de proteção social homogêneo, integrado e articulado.
II	A seguridade social, no Brasil, contribui para a produção e reprodução social da força de trabalho, exclui do acesso à previdência a população não contribuinte e exclui dos direitos socioassistenciais aqueles que podem trabalhar.
III	A lógica contratual do seguro deixa sem acesso aos direitos da seguridade social derivados do trabalho uma significativa parcela da população, a qual é incorporada pela lógica social e dos direitos seletivos da assistência social.
IV	A seguridade social, no Brasil, incorporou princípios dos modelos bismarckiano e beveridgiano, numa lógica de seguro na política da previdência social, do direito não contributivo na política de saúde e no direito seletivo na política de assistência social.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) II e IV.  
 B) I e II.  
 C) I e III.  
 D) III e IV.

46. As políticas sociais podem ser compreendidas como concessões/conquistas, a depender das correlações de forças na luta política entre interesses das classes sociais. São espaços ocupacionais contraditórios e arenas de disputas. Podem atender a demandas do trabalho e a demandas do capital, conforme as negociações que se estabelecem nas disputas de recursos e de poder, de expansão/ampliação e/ou de recessão. No contexto de crise do capital, as políticas sociais, no Brasil, apresentam como tendências:
- A) a desresponsabilização do Estado e do setor público, com a oferta de políticas sociais emergenciais e focalizadas, voltadas para a pobreza, e a contribuição para a melhoria das condições de vida da população.
  - B) a responsabilização do Estado e do setor público para atender às demandas do trabalho e a contribuição para a ampliação da garantia dos direitos e melhores condições de vida da população.
  - C) a proteção social por meio de políticas sociais distributivas, de redistribuição de renda e distribuição de riqueza produzida pela força de trabalho, bem como a ampliação do controle social e do equilíbrio financeiro do setor público.
  - D) a proteção social por meio de políticas sociais universais e redistributivas descentralizadas e municipalizadas, bem como a destinação de recursos para investimentos sociais com vistas ao equilíbrio financeiro do setor público.
47. O/A assistente social, inserido/a na divisão social e técnica do trabalho, na condição de assalariamento e no âmbito das políticas sociais, é cada vez mais demandado/a a exercer um trabalho compartilhado com outros/as profissionais de diversos setores sociais. Nos espaços ocupacionais das políticas de Seguridade Social, o trabalho interdisciplinar e intersetorial
- A) exige capacidade técnica para expor com nitidez os ângulos particulares de análise e as propostas de ações, diante de objetos comuns a diversas profissões e diante dos limites para efetivação da rede intersetorial com políticas sociais setorializadas, emergenciais e focalizadas.
  - B) exige a diluição das especificidades e competências de cada profissão para possibilitar a construção de alianças em torno de projetos e pautas comuns a diversas profissões, diante da escassez de recursos financeiros e da lógica setorial, que comprometem a rede intersetorial.
  - C) torna-se estratégico para a efetivação da integralidade nas políticas de seguridade social, diante das demandas e necessidades humanas dos/as usuários/as, que carecem ser atendidas por políticas integradas voltadas para populações mais vulnerabilizadas.
  - D) torna-se fundamental tanto no âmbito governamental como na relação com diferentes sujeitos e organizações da sociedade civil, diante da necessidade de refundar a democracia e eliminar as desigualdades sociais via gestão da pobreza.

48. No âmbito do Sistema de Proteção Social Brasileiro, diversos desafios precisam ser enfrentados para que o caráter protetivo do Estado Democrático se efetive e atenda às demandas dos(as) usuários(as). Nessa perspectiva, é indispensável o desenvolvimento de estratégias de gestão pública que fortaleçam abordagens intersetoriais, como uma possibilidade de suprir necessidades sociais complexas e multicausais. No que diz respeito à intersetorialidade, analise as afirmativas abaixo.

I	Supõe uma dimensão técnica e administrativa, vontade e decisão política, uma articulação entre políticas públicas por meio de ações conjuntas e integradas destinadas à proteção social e ao enfrentamento das desigualdades sociais.
II	Necessita transpor o caráter específico de cada política e agregar diferentes setores sociais, organizações públicas e privadas, sujeitos que partilham compromissos e objetivos diversos para o desenvolvimento do trabalho em rede.
III	Pressupõe o planejamento, o desenvolvimento de ações integradas, sujeitos que partilham compromissos e projetos políticos e a superação da fragmentação dos serviços destinados à proteção social e ao atendimento das necessidades sociais.
IV	Necessita transpor o caráter específico de cada política ou programa e agregar diferentes sujeitos que partilham compromissos e objetivos diversos de um setor particular para o atendimento integral das demandas da população.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e III.
- B) I e II.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

49. A Constituição Federal de 1988 traz avanços significativos, no âmbito do estado democrático e das garantias legais, para assegurar os direitos da classe trabalhadora. Nesse contexto, é legitimada a Seguridade Social brasileira. Desde os anos de 1990, de forma gradual e permanente, em nome do ajuste fiscal, tem se desconfigurado os sistemas de proteção social, aumentando as desigualdades sociais e o empobrecimento da população. A partir de 2016, ocorre a intensificação do ajuste fiscal, com as Emendas Constitucionais nºs 93 e 95, no âmbito do orçamento público. Posto isso, considere as afirmativas abaixo

I	Ocorrem desmontes orçamentários pela redução de 20% dos recursos da seguridade social para o pagamento da dívida pública por meio da DRU, e pela desobrigação do governo federal para alocação de recursos para as políticas sociais, aumentando os limites para consolidação da seguridade social pública.
II	Ocorre redução do orçamento público, via ampliação da DRU em 30% e prorrogação até 2023, além da instituição de um Novo Regime Fiscal que congela os gastos primários por 20 anos, contribuindo, assim, para a mercantilização/privatização das políticas sociais e para o agravamento da questão social.
III	Implementou-se a redução do fundo público e captura dos recursos da seguridade social por meio da DRU, além da instituição de um Novo Regime Fiscal com limites financeiros pelo teto dos gastos, contribuindo para a privatização dos serviços e para o atendimento de demandas do setor privado que comprometem a garantia de direitos sociais.
IV	Instituiu-se um Novo Regime Fiscal por meio do congelamento dos gastos primários, da realização de contrarreformas da previdência social e contrarreforma trabalhista, tornando a terceirização e o trabalho intermitente regra que destituiu o caráter público da seguridade social e fragiliza espaços democráticos.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e II.  
 B) II e III.  
 C) III e IV.  
 D) I e IV.
50. Com o neoliberalismo, as políticas sociais e de seguridade social são impactadas pela restrição do orçamento público, o que contribui para o aprofundamento da focalização, da privatização e da terceirização dos serviços públicos, que intensificaram-se após 2016. Nessa perspectiva, no trabalho com as políticas sociais, o/a assistente social deve contribuir para
- A) a melhoria das condições de vida, de saúde e de trabalho da população usuária, ainda que vivencie a precarização das suas condições de trabalho e sofra limites impostos pelo capital e pela financeirização das políticas sociais.  
 B) a gestão da pobreza, num processo de refilantropização da assistência, potencializando espaços de solidariedade para o combate à fome, ainda que vivencie a precarização das condições de vida pelo baixo salário.  
 C) a luta pela destinação de recursos públicos, mobilizando espaços de controle democrático que têm sido valorizados e responsabilizando o Estado e o setor público em conjunto com organizações sociais para o enfrentamento da pobreza.  
 D) a gestão de benefícios socioassistenciais, desenvolvendo estratégias de passivização da classe trabalhadora, diante dos limites orçamentários, do aumento da pobreza, da fome e do agravamento da questão social.